



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO nº 01/2023 - RETIFICADO

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

REGIME DE EXECUÇÃO: INDIRETA

PROCESSO Nº 04031-00000117/2023-36

INTERESSADO: INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL - IPEDF CODEPLAN.

VALOR ESTIMADO: R\$ 2.475.000,00 (dois milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil)

ELEMENTO DE DESPESA: 04.122.6203.2912.0013 - Estudos e Pesquisas Socioeconômicas, Urbanas Ambientais - DF ENTORNO

DATA DA ABERTURA: 27 de julho de 2023

HORÁRIO: 10h00

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras

ENDEREÇO DO IPEDF CODEPLAN: SAM Bloco "H" 4º andar - sala nº 402 - Ed. CODEPLAN - Brasília/DF.

TELEFONES: (061) 3342 2265

PREGOEIRO(A): Maria de Nazaré Macedo Dominici

CÓDIGO UASG: 929809

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023 - RETIFICADO

OBSERVAÇÃO: O cadastramento no sítio www.gov.br/compras é essencial para o encaminhamento automático de mensagens a respeito do andamento do certame e o Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal-IPEDF Codeplan não se responsabilizará por erro no encaminhamento das mensagens aos LICITANTES ou interessados em virtude de ausência de informações ou do cadastramento com informações equivocadas. O Edital retificado encontra-se disponível, ainda, no endereço eletrônico do IPEDF CODEPLAN <https://www.ipe.df.gov.br/pregao-eletronico-2023/>.

O INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL-IPEDF CODEPLAN, autarquia em regime especial, pessoa jurídica de direito público, instituído nos termos da Lei nº 7.154, de 07 de junho de 2022, CNPJ nº 47.020.286/0001-30, com sede e foro no Distrito Federal, com autonomia administrativa e financeira, sediada no SAM-Bloco "H" - Brasília - DF, CEP: 70.620-080, por meio do(a) Pregoeiro(a) designado(a) no (Doc. SEI nº [116264247](#)), e equipe de apoio constituída pela Portaria nº 09, de 15 de dezembro de 2022, publicada no DODF nº 233, segunda-feira, 19 de dezembro de 2022, comunica aos interessados, que realizará Licitação na modalidade PREGÃO, na forma Eletrônica, conforme Autorização (Doc. SEI nº [117124377](#)), nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Decreto nº 44.330, de 16 de março de 2023 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital - Retificado e seus anexos.

ÍNDICE	
01	Do Objeto
02	Endereço, Data e Horário do Certame
03	Das Condições de Participação
04	Do Pedido de Esclarecimento, da Impugnação e a Alteração do Edital Retificado
05	Da Apresentação da Proposta e dos Documentos de Habilitação
06	Do Preenchimento da Proposta
07	Da Abertura da Sessão Pública, da Classificação das Propostas e da Formulação de Lances
08	Da Negociação da Proposta
09	Da Fase de Julgamento
10	Da Fase de Habilitação
11	Dos Recursos
12	Da Adjudicação e da Homologação
13	Das Infrações Administrativas
14	Da Convocação para Assinatura do Contrato
15	Do Pagamento
16	Das Obrigações da Contratante e da Contratada
17	Das Disposições Finais

ANEXOS	
Anexo I	Termo de Referência e seus Anexos
Anexo II	Modelo de Declaração–Atendimento aos Requisitos de Habilitação
Anexo III	Modelo de Declaração–(§1º do art. 63, da Lei 14.133/2021)
Anexo IV	Modelo de Declaração (Inciso IV do art. 63, da Lei 14.133/2021)
Anexo V	Minuta de Contrato

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de coleta de dados socioeconômicos por amostragem domiciliar, para realização da coleta de dados para a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios Ampliada–PDAD-A 2023, na qual serão coletados dados e informações de todos os moradores residentes nos domicílios amostrados, mediante aplicação de questionário com utilização de coletor eletrônico de dados e/ou tablets, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital - Retificado e seus anexos.

2. DO ENDEREÇO, DATA E HORÁRIO DO CERTAME

2.1. A abertura da Sessão Pública deste Pregão, conduzida pelo(a) Pregoeiro(a), ocorrerá na data, hora e no sítio eletrônico indicados no preâmbulo deste Edital - Retificado.

2.2. Durante a Sessão Pública, a comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e os LICITANTES ocorrerá, **EXCLUSIVAMENTE**, mediante troca de mensagens, em campo próprio do Sistema Eletrônico.

2.3. Caberá ao LICITANTE acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a Sessão Pública do Pregão e responsabilizar-se pelo ônus da perda de negócio diante da inobservância de mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

2.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a Sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira–ICP–Brasil.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia anterior a data prevista para o recebimento das propostas.

3.2. O LICITANTE responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do IPEDF Codeplan, por eventuais danos decorrentes de uso indevido de credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Não poderão disputar esta licitação:

3.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital - Retificado e seu(s) anexo(s);

3.5.2. Autor do Termo de Referência, pessoa física ou jurídica, sobre serviços à ele relacionados;

3.5.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.5.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.5.4.1. O impedimento de que trata o subitem 3.5.4., será também aplicado ao LICITANTE que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do LICITANTE.

3.5.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do IPEDF Codeplan, ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atua na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que dele seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.5.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste Edital - Retificado, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores e condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.8. Agente público do IPEDF Codeplan;

3.5.9. Organização da Sociedade Civil de Interesse Público–OSCIP, atuando nessa condição;

3.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do Contrato agente público do IPEDF Codeplan, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

3.6. A participação, no certame, de empresas em recuperação judicial, com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente, fica condicionada à apresentação de certidão positiva de recuperação judicial e de certidão de aptidão econômica e financeira emitida pelo juízo em que tramita a recuperação judicial.

3.7. Consórcios de empresas conforme o art. 15 da Lei das Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021) a participação de consórcios de empresas no processo licitatório é de natureza discricionária por parte da Administração, desde que apresentada justificativa devida para a vedação. É praxe compartilhada com diversos órgãos e autarquias do Governo do Distrito Federal, vedar a participação de empresas em consórcios dentro deste contexto discricionário. A participação de consórcios não se justifica para o presente objeto, pois os serviços em questão são comercializados por várias empresas no mercado. Permitir tal prática poderia prejudicar a administração ao comprometer a natureza competitiva do processo de licitação, em seu objetivo de alcançar o menor preço

4. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO, DA IMPUGNAÇÃO E DA ALTERAÇÃO DO EDITAL- Retificado

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital - Retificado de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimentos sobre seus termos, devendo encaminhar o pedido em **até 3 (três) dias úteis**, antes da data de abertura da Sessão Pública, exclusivamente, no endereço eletrônico comissao.contratacao@ipe.df.gov.br.

4.2. O(À) Pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações no prazo de **até 3 (três) dias úteis**, contados da data do recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração deste Edital - Retificado e seus anexos.

4.2.1. A resposta ao pedido de esclarecimento e à impugnação será divulgada no site do IPEDF Codeplan, www.ipe.df.gov.br, e no Sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame e vinculará os participantes e a Administração.

4.3. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo(a) Pregoeiro(a).

4.4. Acolhida a impugnação contra este Edital - Retificado, será definida nova data para realização do certame.

4.5.1. As modificações ao Edital - Retificado serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos LICITANTES.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação será realizada após as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os LICITANTES encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com o preço ofertado, conforme critério de julgamento adotado neste Edital - Retificado, até a data e o horário estabelecidos para abertura da Sessão Pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o LICITANTE declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital - Retificado e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O LICITANTE organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o LICITANTE não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4. ou 5.6 sujeitará o LICITANTE às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital - Retificado.

5.7. Os LICITANTES poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da Sessão Pública.

5.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo LICITANTE, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da Sessão Pública e da fase de envio de lances.

5.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos LICITANTES convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o LICITANTE poderá parametrizar o seu valor final mínimo, quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores, descrita neste Edital- Retificado que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrirá a melhor oferta;

5.10.2. Os lances serão de envio automático pelo Sistema, respeitado o valor final mínimo, e o intervalo de que trata o subitem acima;

5.11. O valor final mínimo parametrizado na forma do 5.10. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o IPEDF Codeplan, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno;

5.11.1. O valor final mínimo parametrizado no Sistema poderá ser alterado pelo LICITANTE durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.11.1.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

5.12. Para habilitação, serão exigidos os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do LICITANTE de realizar o objeto da licitação, nos termos dos artigos 62 a 70, da Lei nº 14.133, de 2021.:

I - poderá ser exigida dos licitantes a declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

II - será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento;

III - serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;

IV - será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.13. Caberá ao LICITANTE interessado em participar da licitação acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.14. O LICITANTE deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O LICITANTE deverá enviar sua proposta mediante preenchimento, no Sistema Eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário do item;

6.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência (anexo I deste Edital- Retificado).

6.2. A apresentação da proposta de preços implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições e aceitação plena e irrefutável das condições estabelecidas neste Edital - Retificado e seus anexos.

6.3. A proposta deverá conter todas as condições de ofertas exigidas no Termo de Referência e do seu anexo único (anexo I, deste Edital - Retificado), escritas de maneira a não ensejar dúvidas por ocasião da análise e do julgamento, não se admitindo expressões vagas ou imprecisas.

6.4. Não se considerará qualquer oferta ou vantagem não prevista neste Edital - Retificado, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais LICITANTES.

6.5. O preço proposto, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do LICITANTE, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6. A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o LICITANTE pleitear acréscimo após a abertura das propostas.

6.7. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A partir do horário previsto no preâmbulo deste Edital - Retificado de Pregão Eletrônico, a Sessão Pública será aberta automaticamente pelo Sistema Eletrônico.

7.2. Os LICITANTES poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no Sistema, até a abertura da Sessão Pública.

7.3. Será desclassificada a proposta que identifique o LICITANTE.

7.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

- 7.4.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.5.** O Sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.6.** O Sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o(a) Pregoeiro(a) e os LICITANTES.
- 7.7.** Iniciada a etapa competitiva, os LICITANTES deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de Sistema Eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.8.** O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.
- 7.9.** Os LICITANTES poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da Sessão e as regras estabelecidas neste Edital - Retificado.
- 7.10.** O LICITANTE somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.
- 7.11.** O LICITANTE poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de **quinze segundos** após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.12.** O(A) Pregoeiro(a) poderá, durante a fase de disputa, como medida excepcional, excluir proposta ou lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

Do intervalo mínimo entre lances

- 7.13.** O intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediário quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 100,00 (cem reais)**.
- 7.14.** Durante a Sessão Pública, os LICITANTES serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do LICITANTE.
- 7.14.1.** No caso de o Sistema Eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos LICITANTES, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos já realizados.
- 7.14.2.** Quando da desconexão do Sistema Eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a **dez minutos**, para o(a) Pregoeiro(a), a Sessão Pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas **vinte e quatro horas** após da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

Do Modo de Disputa

- 7.15.** O procedimento seguirá de acordo com o **modo de disputa ABERTO e FECHADO**, em que os LICITANTES apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final fechado.
- 7.16.** No modo de disputa aberto e fechado, de que trata o item 7.15, a etapa de envio de lances terá a duração de **quinze minutos**.
- 7.17.** Encerrado o prazo previsto no item anterior, o Sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de **dez minutos**, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.
- 7.18.** Após a etapa de que trata o item 7.17, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas subsequentes com valores percentuais até dez por cento superiores ou inferiores àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até **cinco minutos**, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.19.** No procedimento de que trata o item 7.18, o LICITANTE poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 7.20.** Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item 7.18, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até **cinco minutos**, que será sigiloso até o encerramento do prazo, observado o disposto no subitem 7.19.
- 7.21.** Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens 7.18, e, 7.20, o Sistema ordenará e divulgará os lances na ordem crescente.
- 7.22.** Em relação a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.22.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.22.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para o desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **5 (cinco) minutos** controlados pelo Sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.22.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.22.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.23.** Em caso de eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 7.23.1.** Disputa final: disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações

7.23.3. Desenvolvimento pelo LICITANTE de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.23.4. Desenvolvimento pelo LICITANTE de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.24.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.24.2. Empresas brasileiras;

7.24.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8. DA NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA

8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da Sessão Pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.2. A negociação poderá ser feita com os demais LICITANTES, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido no Edital - Retificado.

8.3. A negociação será realizada por meio do Sistema, podendo ser acompanhada pelos demais LICITANTES.

8.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os LICITANTES e anexado aos autos do processo licitatório.

Do Envio da Proposta Adequada ao Último Lance

8.5. O/A Pregoeiro(a) solicitará ao LICITANTE classificado em primeiro lugar, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, o envio da proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital - Retificado e já apresentados.

8.5.1. O prazo, estipulado no item 8.5, poderá ser prorrogado, por igual período, nas seguintes situações:

I - por solicitação do LICITANTE, mediante justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a); ou

II - de ofício, a critério do(a) Pregoeiro(a), quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no Edital - Retificado, para verificação do que trata o item 8.5.

8.6. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA FASE DE JULGAMENTO

Da Verificação da Conformidade da Proposta

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3 do Edital Retificado, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF; e

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis>).

9.2. A consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa será realizada em nome da empresa LICITANTE e também do sócio ou administrador, por força do art. 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê sanções impostas ao responsável pela prática do ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.3. Caso conste na Consulta de Situação do LICITANTE a existência de Ocorrência Impeditivas Indiretas, o(a) Pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.3.1. a tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, § 1º).

9.3.2. o LICITANTE será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

9.3.3. constatada a existência de sanção, o LICITANTE será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.5. Caso o LICITANTE provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o(a) Pregoeiro(a) verificará se faz jus ao benefício.

9.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado neste Edital- Retificado e seus anexos.

9.7. Serão desclassificadas as propostas de preços que:

I - contiverem vícios insanáveis;

- II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital - Retificado;
- III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para contratação;
- IV - não estiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo(a) Pregoeiro(a);
- V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital, desde que insanável.

9.7.1. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, o(a) Pregoeiro(a) poderá, quando necessário, colher manifestação escrita da unidade requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9.7.2. O Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos LICITANTES que ela seja demonstrada.

9.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou, em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.7. Será considerado indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração para o serviço.

9.8. A inexequibilidade, na hipótese do item anterior, só será considerada após diligência do(a) Pregoeiro(a) que comprove:

9.8.1. Que o custo do LICITANTE ultrapassa o valor da proposta; e

9.8.2. Inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da proposta.

9.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.10. O/A Pregoeiro(a) poderá, no julgamento das propostas, sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada.

9.11. O/A Pregoeiro(a) poderá convocar o LICITANTE para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no Sistema, **no prazo máximo de 02h (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

9.11.1. o prazo descrito no subitem 9.11 poderá ser prorrogado pelo(a) Pregoeiro(a) por solicitação escrita e justificada do LICITANTE, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo(a) Pregoeiro(a).

9.12. Erros de preenchimento não configuram motivo suficiente para desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, atendidas as demais condições de aceitabilidade.

9.12.1. O ajuste de que trata o item anterior se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

9.13. Na hipótese de necessidade de suspensão da Sessão Pública para realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a Sessão Pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no Sistema com, **no mínimo, 24h (vinte e quatro horas) de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata.

9.14. Analisada a aceitabilidade do preço obtido, o(a) Pregoeiro(a) divulgará o resultado do julgamento da proposta de preço.

9.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do LICITANTE, conforme disposições descritas neste Edital - Retificado e seus anexos.

10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do LICITANTE de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

10.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

10.2. Será verificado se o LICITANTE apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

10.3. Será verificado se o LICITANTE apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.4. O LICITANTE deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

10.5. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

10.5.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

10.6. É de responsabilidade do LICITANTE conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

10.6.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

10.7. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.7.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital **no prazo de 2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a).

10.8. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao LICITANTE vencedor.

10.8.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

10.8.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os LICITANTES.

10.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

10.9.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

10.9.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.10. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.11. Na hipótese de o LICITANTE não atender às exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital - Retificado, observado o prazo disposto no subitem 10.7.1.

10.12. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do LICITANTE cuja proposta atenda ao Edital - Retificado de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.13. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

10.14. Comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = -----;

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG = -----;

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC = -----; e

Passivo Circulante

10.15. Os LICITANTES que apresentarem resultado igual ou inferior que 1 (um) em qualquer dos índices calculados do balanço patrimonial da LICITANTE (comprovação de boa situação financeira prevista no art. 44, da IN nº 2, de 11 de outubro de 2010), deverão possuir capital social ou patrimônio líquido registrado e integralizado igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a presente contratação.

10.16. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.17. Na hipótese de o LICITANTE vencedor não atender às exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de proposta que atenda ao presente Edital - Retificado.

10.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do LICITANTE cuja proposta atenda ao Edital - Retificado de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.19. Da Qualificação Técnica

10.19.1. O LICITANTE deverá possuir capacitação técnica comprovada na forma descrita no Título 12, do Termo de Referência, anexo I deste Edital - Retificado.

11. DOS RECURSOS

11.1. Qualquer LICITANTE poderá, de forma imediata após término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao LICITANTE declarado vencedor.

11.1.1. O(A) Pregoeiro(a) estabelecerá o prazo para manifestação da intenção de interpor recurso, que **não será inferior a 10 (dez) minutos**.

11.1.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao(à) Pregoeiro(a) verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, com a devida fundamentação.

- 11.1.2.1.** Nesse momento o(a) Pregoeiro(a) não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 11.2.** As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio do Sistema, no **prazo de 3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação ou da lavratura da ata.
- 11.3.** Os demais LICITANTES ficarão intimados para, se desejarem, apresentarem suas contrarrazões, **no prazo de 3 (três) dias úteis**, contados da data de divulgação da interposição do recurso.
- 11.4.** Será assegurado ao LICITANTE vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.5.** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei, o LICITANTE que, com dolo ou culpa:

13.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Pregoeiro(a) durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital - Retificado.

13.1.3. Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para contratação, quando convocado dentro do prazo de validade sua proposta;

13.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o Contrato no prazo estabelecido pelo IPEDF Codeplan;

13.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.1.5. Fraudar a licitação;

13.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a Lei;

13.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, o IPEDF Codeplan poderá, garantida prévia defesa, aplicar aos LICITANTES e/ou adjudicatários as seguintes sanções:

13.2.1. advertência;

13.2.2. multa;

13.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

13.2.4. declarar inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações de controle.

13.4. A multa será imposta à CONTRATADA por atraso injustificado na entrega ou execução deste Contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,5% (cinco por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II. 10 % (dez por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério da CONTRATANTE, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

III - 20% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;

IV - 30% (trinta por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela CONTRATANTE, recusa parcial ou total na entrega de material, recusa na conclusão do serviço ou rescisão do Contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;

V - 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula deste ajuste, exceto prazo de entrega.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declarações de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze)** dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 13.1.1, 13.1.2, 13.1.3, quando não se justificar a imposição da penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Distrito Federal, pelo prazo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7, 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no **art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021**.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor IPEDF Codeplan.

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis ou de empregados da tabela do quadro de permanentes-TEP, do IPEDF Codeplan, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o LICITANTE ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretende produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

13.12. Caberá apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital - Retificado não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao IPEDF Codeplan.

14. DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

14.1. Após a homologação do Pregão Eletrônico, o LICITANTE vencedor será convocado para assinatura do Termo de Contrato, dentro do prazo e nas condições estabelecidas neste Edital - Retificado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.1.1. O prazo para assinatura do Contrato será de **até 10 (dez) dias úteis**, contados da data da intimação do IPEDF Codeplan, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo IPEDF Codeplan.

14.2. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação ou a ata de registro de preços, ou instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na **Lei nº 14.133**, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

14.3. Caso nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 14.2, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital - Retificado de licitação, poderá:

I - Convocar os LICITANTES remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção melhor preço, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

II - Adjudicar e celebrar o Contrato nas condições ofertadas pelos LICITANTES remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14.4. De acordo com os critérios estabelecidos no presente Edital - Retificado, após a assinatura do Termo do Contrato, o **CONTRATADO** prestará garantia no valor de 5% (cinco por cento) do valor total anual da contratação, mediante uma das modalidades previstas no **art. 98, da Lei 14.133, de 2021**, à sua escolha, no prazo estabelecido no Contrato.

15. DO PAGAMENTO

15.1. forma de pagamento está descrita no **Título 22** do Termo de Referência, anexo I deste Edital.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

16.1. As obrigações da **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA** estão estabelecidas nos Títulos 19 e 20 do Termo de Referência e nas Cláusulas da Minuta do Contrato, anexos deste Edital.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. As normas disciplinadoras deste Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do IPEDF Codeplan, a finalidade e a segurança da contratação.

17.2. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

17.3. Os horários estabelecidos no edital - Retificado de licitação, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

17.4. Eventuais modificações no edital Retificado implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

17.5. Os casos omissos e demais dúvidas suscitadas serão dirimidas pelo(a) Pregoeiro(a), no endereço mencionado no preâmbulo.

17.6. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital Retificado será o de Brasília/DF, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado.

17.7. O Edital Retificado e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço <https://www.ipe.df.gov.br/pregao-eletronico-2023/>.

17.8. Havendo irregularidade neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate a Corrupção, no telefone: **08006449060**.

Brasília - DF, 07 de julho 2023.

ANEXO I (EDITAL)**TERMO DE REFERÊNCIA****CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE DADOS PARA A PESQUISA POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS AMPLIADA****PDAD-A 2023****1. OBJETO**

Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de coleta de dados socioeconômicos por amostragem domiciliar, para realização da coleta de dados para a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios Ampliada – PDAD-A 2023, na qual serão coletados dados e informações de todos os moradores residentes nos domicílios amostrados, mediante aplicação de questionário com utilização de coletor eletrônico de dados e/ou tablets.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. - Considerando a missão e competências regimentais do Instituto de Pesquisa e Estatística – IPEDF Codeplan, está a ele atribuído a realização da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios Ampliada – PDAD-A 2023, em conformidade com a o Decreto Lei de autoria do Governo do Distrito Federal, que a oficializou como pesquisa de governo, destinada a subsidiar o planejamento do Governo do Distrito Federal no atendimento a demandas por dados e informações socioeconômicos, urbanos e de serviços públicos, tanto no Distrito Federal quanto na sua área de influência, caracterizada pelos 12 municípios goianos adjacentes.

2.2. - O IPEDF Codeplan, com vistas a proporcionar maior nível de economicidade, eficiência e efetividade aos recursos públicos aplicados, decidiu por realizar os serviços de coleta de dados para a PDAD-A 2023 por meio da contratação de empresa especializada, prestadora de serviços de coleta de dados, mediante realização de processo licitatório público para selecionar as condições mais vantajosas de contratação.

2.3. - A contratação dos serviços de coleta de dados irá alimentar e atualizar a série histórica da base de dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios Ampliada – PDAD-A, com dados relativos ao ano de 2023.

2.4. - O Distrito Federal, conjuntamente com os 12 municípios goianos circunvizinhos, contabiliza população que já superava 4,0 milhões de habitantes em 2022. Essa área pesquisada, denominada “Área Metropolitana de Brasília – AMB” apresenta elevado índice de desigualdade social não só entre as atuais 35 Regiões Administrativa que a integra, mas também entre os 12 municípios goianos que compõe a Periferia Metropolitana de Brasília – PMB (Águas Lindas de Goiás; Alexânia; Cidade Ocidental; Cocalzinho de Goiás; Cristalina; Formosa; Luziânia; Novo Gama; Padre Bernardo; Planaltina de Goiás; Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás).

2.5. - Conhecer essa realidade, monitorá-la, gerir e promover seu desenvolvimento social, econômico e urbano, requer permanente planejamento governamental, pautado em ferramentas subsidiárias de informação e pesquisa.

Por caracterizar-se como ferramenta de subsídio ao planejamento governamental, a PDAD-A está amparada pelo Decreto Lei 32.087, de 19 de agosto de 2010 e alterado pelo Decreto Lei 39.403, de 26 de outubro de 2018, a qual define sua realização sistemática a cada dois anos, no Distrito Federal e nos 12 municípios goianos adjacentes.

2.6. - Os resultados da PDAD-A, sob a forma de microdados, tabulações, análises e informações georreferenciadas permitem, subsidiar o planejamento e a formulação de políticas públicas pelo Governo do Distrito Federal, além de constituir base de dados de suma relevância para análises técnicas de diagnóstico, acompanhamento e monitoramento da situação socioeconômica da população residente, das características dos domicílios residenciais e da dinâmica urbana, rural e da sua região circunvizinha, entre outras finalidades.

2.7. - Por outro lado, a contratação da prestação de serviços de coleta de dados para a PDAD-A 2023, também encontra justificativa pelo fato do IPEDF Codeplan não dispor no seu quadro de servidores, de agentes de coleta em quantidade necessária para realizar esse serviço, haja vista se tratar de uma robusta amostra domiciliar a ser visitada, com calendário para execução previsto para ser iniciado e finalizado em 04 (quatro) meses.

2.8. - A equipe de agentes de coleta do quadro do IPEDF Codeplan executará, por seu turno, os serviços de controle de qualidade da prestação dos serviços de checagem da coleta de dados da PDAD-A 2023, que também será objeto de contratação pelo IPEDF Codeplan, para verificação da qualidade das informações coletadas e do atendimento às condicionalidades definidas em contrato, para a coleta de dados.

3. OBJETIVO

3.1. - O presente Termo de Referência pautado no seu objeto, tem como objetivo a realização dos serviços de coleta de dados para a PDAD-A 2023, em amostra domiciliar representativa das áreas urbanas de cada uma das 35 Regiões Administrativas do Distrito Federal; de toda área rural do DF e das áreas urbanas, povoados e lugarejos de cada um dos 12 municípios goianos adjacentes acima relacionados, obedecendo aos requisitos técnicos de quantidade e qualidade estatística e demais critérios metodológicos, conforme especificações técnicas descritas neste Termo de Referência e seus anexos.

3.2. - A realização da pesquisa como um todo, incluindo a base de dados, análises técnicas, tabulações e representações gráficas, textos e boletins de resultados, objetiva, fundamentalmente, oferecer subsídios ao processo de planejamento e tomada de decisões governamentais, especialmente para as áreas urbanas das 35 Regiões Administrativas, para a área rural do Distrito Federal e para o estabelecimento da relação de promoção integrada de desenvolvimento da área urbana, povoados e vilarejos de cada um dos 12 municípios goianos pesquisados, permitindo orientar a formulação de políticas públicas, avaliação e monitoramento das ações de governo, inclusive as descentralizadas, dada as diferentes especificidades de cada Região Administrativa e municípios goianos pesquisados.

4. REQUISITOS:

4.1. Para prestar os serviços de coleta de dados para a PDAD-A, a instituição deverá:

4.1.1. Ter experiência e qualificação técnica na área de pesquisa socioeconômica por amostragem domiciliar, a serem comprovadas por relatórios de pesquisas anteriormente realizadas ou currículo dos dirigentes ou, na ausência desses, dos responsáveis técnicos pela pesquisa;

4.1.2. Contratar diretamente a equipe para o trabalho de coleta de dados em campo, que deve ter a qualificação indicada neste termo de referência, sem possibilidade de subcontratação;

4.1.3. Disponibilizar a coordenação geral de campo, a qual deverá estar sediada no Distrito Federal durante a vigência do contrato, dotada de qualificação técnica conforme detalhada no item 12.2 deste Termo de Referência;

4.1.4. Por se tratar de atividade subsidiária e fundamental de pesquisa, a coleta de dados deverá ser realizada utilizando-se de metodologia técnica específica, definida pelo IPEDF Codeplan;

4.1.5. Providenciar estrutura de recursos humanos e todos os meios e equipamentos necessários para a prestação do serviço, em conformidade especialmente com os itens 7; 9.3; 9.4; 10; 12 e 20 deste Termo de Referência;

4.1.5.1. A coleta de dados deverá ser realizada mediante utilização do software Survey CTO (<https://www.surveycto.com/>), o qual deverá ser providenciado pela CONTRATADA;

4.1.5.2. Os coletores eletrônicos deverão ter acesso à internet móvel e capacidade de geolocalização off-line, capacidade de armazenamento e processamento compatíveis com a ferramenta de coleta;

4.1.6. Estar ciente de que a remuneração pelo serviço prestado, a partir do início da coleta de dados, se dará exclusivamente pelo quantitativo de domicílios com dados efetivamente coletados e aprovados pelo corpo técnico do IPEDF Codeplan. A coleta de dados domiciliar da PDAD-A prevê substituição nos casos de recusas e após três visitas a domicílios fechados.

4.2. É vedada a contratação de consórcios de empresas.

4.2.1. Conforme o art. 15 da Lei das Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021) a participação de consórcios de empresas no processo licitatório é de natureza discricionária por parte da Administração, desde que apresentada justificativa devida para a vedação. Sendo assim, no âmbito dessa discricionariedade, é praxe compartilhada com diversos órgãos e autarquias do Governo do Distrito Federal, vedar a participação de empresas em consórcios dentro deste contexto discricionário. Via de regra, o Administrador público autoriza a participação de consórcio quando entende que a competitividade do certame licitatório poderá ser afetada pela inexistência ou pela escassez de empresas que isoladamente não teriam capacidade técnica e/ou econômica de concorrer em igualdades de condições, sendo assim necessária a união de várias empresas para atender as condições especificadas no edital. A participação de consórcios não será admitida, uma vez que os serviços em questão são comercializados por várias empresas no mercado. Tal permissibilidade poderia causar dano à administração por frustrar o próprio caráter competitivo da disputa pelo menor preço.

5. ETAPAS DA REALIZAÇÃO DA PDAD-A 2023

5.1. Primeira Etapa consiste no planejamento da PDAD 2023 pelo IPEDF Codeplan, quando serão definidos: a área de abrangência da pesquisa; levantamento dos cadastros de domicílios; o plano amostral da pesquisa; o cronograma de atividades; o questionário e os manuais da pesquisa; o Termo de Referência e procedimentos para abertura do processo licitatório para contratação dos serviços de coleta

de dados; o plano de comunicação da pesquisa; ações para contratação dos serviços de checagem. Nessa etapa também será realizado o desenvolvimento do questionário, pelo IPEDF Codeplan, em software específico a ser utilizado nos coletores eletrônicos de dados.

5.2. Segunda Etapa consiste na abertura e execução do processo licitatório para contratação dos serviços de coleta de dados para a pesquisa, seguida de contratação da empresa vencedora do certame; no desenvolvimento do questionário, pelo IPE/DF, em software específico a ser utilizado nos coletores eletrônicos de dados; no treinamento das equipes de campo (agentes de coleta, supervisores e coordenadores); na realização da pesquisa piloto para pré-testes do questionário, análise das informações coletadas na pesquisa piloto e testes da coleta de dados. A amostra da pesquisa piloto será definida pelo IPEDF. Nesta mesma etapa é realizado procedimento semelhante para contratação de empresa para realizar os serviços de checagem.

5.3. Terceira Etapa consiste na entrega pelo IPEDF Codeplan à empresa contratada, da listagem de domicílios amostrados e listagens de substituição; na elaboração pela Contratada, do planejamento logístico e operacional para a coleta de dados nos domicílios amostrados, que deverá ser aprovado pelo IPEDF Codeplan. O planejamento logístico e operacional da coleta de campo deverá estar de acordo com o ordenamento de localidades definido pelo IPEDF Codeplan; no início efetivo dos serviços de coleta de dados, que consiste na visita aos domicílios para aplicação do questionário, cuja metodologia prevê pelo menos três visitas ao mesmo domicílio caso ele esteja fechado no momento (em dias e horários distintos); na formatação e alimentação sistemática da base de dados da pesquisa. Por se tratar de levantamento por amostragem domiciliar, a aplicação do questionário será necessariamente sobre TODOS os moradores residentes nos domicílios amostrados.

Paralelamente ao início dos serviços de coleta de dados, será também iniciado o serviço de checagem da coleta de dados, de responsabilidade do IPEDF Codeplan. Os serviços de checagem objetivam verificar a efetividade e qualidade dos serviços prestados na coleta de dados. As eventuais inconsistências identificadas pela checagem deverão ser tratadas pela contratada, em prazo estabelecido pelo IPEDF Codeplan.

5.4. Quarta Etapa, a ser realizada pelo IPEDF Codeplan, consiste na realização sistemática dos trabalhos de verificação de consistência dos dados coletados e alimentados na base de dados da pesquisa, procedendo-se ao cruzamento de dados, à expansão da amostra e à elaboração de tabelas e gráficos. Uma vez identificados problemas nos produtos entregues pela Contratada, esta deverá refazer, às suas expensas, todo o serviço reprovado pelo executor do contrato, arcando com o custo de todos os materiais necessários, em prazo definido pelo IPEDF Codeplan. Entende-se por problemas as inconsistências/incoerências de informações coletadas ou de procedimentos de aplicação das entrevistas.

5.5. Quinta Etapa, a ser realizada pelo IPEDF Codeplan, consiste na elaboração do Relatório Técnico de Resultado da investigação dos dados coletados, elaborado pela equipe técnica de pesquisadores do IPEDF Codeplan, contendo análises comparativas temporais, descrição de perfis atuais das características socioeconômicas dos moradores da região, bem como das condições de moradia da população. Este relatório caracteriza-se como valiosa ferramenta de pesquisa, orientação e subsídio ao planejamento das ações públicas e a outras finalidades estratégicas de governo.

6. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DA COLETA DE DADOS E DE PAGAMENTO

6.1 – As ações programadas e voltadas à realização da coleta de dados da PDAD-A terão início a partir da publicação do Termo de Contrato devidamente assinado entre o IPEDF Codeplan e a Contratada para prestação dos serviços de coleta de dados, com término previsto decorridos 230 dias corridos da publicação do referido Termo Contratual, de acordo com o cronograma de execução e de pagamento abaixo, o qual prevê: a fase de planejamento, estruturação de equipes, treinamento e pesquisa piloto; quatro etapas de entregas de subprodutos de amostra pesquisada; e a etapa final, relativa à conclusão dos serviços de campo e entrega da base final de dados efetivamente pesquisados.

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO

AÇÕES PROGRAMADAS	RESPONSÁVEL	PRAZO (QDE. DIAS CORRIDOS APÓS ASSINATURA DO CONTRATO) PARA FINALIZAÇÃO DA AÇÃO	PERCENTUAL (%) DE ENTREGAS		PERCENTUAL (%) DO VALOR CONTRATADO A SER FATURADO
			PARCIAIS	ACUMULADA	
1 - Disponibilização dos coletores eletrônicos de dados e do Survey CTO para configuração	Contratada	30		-	
2 - Disponibilização da programação dos formulários realizada no Survey CTO para inserção nos coletores de dados	IPEDF Codeplan	30			
3 - Disponibilização das listagens de domicílios amostrados (piloto, principal e de substituições)	IPEDF Codeplan	5			
4 - Entrega do Plano Operacional e logístico da coleta dos dados, considerando a listagem de endereços da amostra de domicílios a ser pesquisada	Contratada	30		-	
5 - Análise e aprovação do Plano Operacional e logístico da coleta dos dados	IPEDF Codeplan	40			
6 - Disponibilização dos nomes dos integrantes das equipes contratadas (Entrevistadores e Supervisores)	Contratada	30		-	
7 - Treinamento dos Coordenadores e Supervisores de Campo	IPEDF Codeplan	31		-	
8 - Treinamento dos Agente de Coleta	Contratada	38		-	

9 - Dashboard de monitoramento e acompanhamento on-line	Contratada	40			
10 - Entrega dos uniformes e crachás de identificação dos agentes de coleta validados	Contratada	40			
11 - Início da Pesquisa Piloto	Contratada	45		-	
12 - Entrega da Pesquisa Piloto	Contratada	60	100% Amostra Piloto	-	
13 - Avaliação da Pesquisa Piloto e do Dashboard	IPEDF Codeplan	67		-	15%
14 - Início da Coleta de Dados	Contratada	70		-	-
15 - 1a. Entrega da amostra efetivamente pesquisada	Contratada	100	25% da amostra total	25%	15%
16 - 2a. Entrega da amostra efetivamente pesquisada	Contratada	130	25% da amostra total	50%	15%
17 - 3a. Entrega da amostra efetivamente pesquisada	Contratada	160	25% da amostra total	75%	20%
18 - 4a. Entrega da amostra efetivamente pesquisada	Contratada	190	25% da amostra total	100%	20%
19 - Validação do conjunto completo de dados	IPEDF Codeplan	210			
20 - Entrega final e concluída de toda base de dados	Contratada	230		-	15%

*Caso haja troca de agentes de coleta ou supervisores, a CONTRATADA deverá realizar novos treinamentos.

6.2 – A entrega da amostra piloto e as quatro entregas da amostra efetiva pesquisada deverão ser oficializadas ao IPEDF Codeplan, dentro dos prazos estipulados, acompanhadas de relatório de execução dos serviços prestados, para apreciação e verificação de consistência dos dados coletados e aceite por parte do executor do contrato, acompanhadas das respectivas Notas Fiscais/Faturas e das certidões negativas.

7. DETALHAMENTO DOS PRODUTOS POR ETAPAS

7.1. - 1º. Produto – O primeiro produto a ser entregue ao IPEDF Codeplan pela empresa contratada para os serviços de coleta de dados da PDAD-A 2023, após finalizadas/cumpridas as ações de 1 a 12, elencadas no Cronograma de Execução e de Pagamento (Item 6), será um relatório da execução das ações elencadas abaixo, que culminam na realização da pesquisa piloto, com a entrega, também, da respectiva base de dados. O pagamento do primeiro produto, no percentual de 15% do valor total contratado, será pago à Contratada após emissão de fatura atestada pelo executor técnico do contrato e compreenderá, portanto, por parte da Contratada:

1. A disponibilização dos coletores eletrônicos de dados,
2. Contratação/compra da ferramenta Survey CTO, pela CONTRATADA e sua configuração com a programação do questionário eletrônico (A programação será desenvolvida pelo IPEDF Codeplan, o qual também irá disponibilizar as listagens de domicílios amostrados);
3. A entrega do Plano Operacional e logístico da coleta dos dados, considerando a listagem com os domicílios da amostra a ser pesquisada;
4. A disponibilização dos nomes dos integrantes das equipes contratadas (agentes de coleta, supervisores e coordenadores de campo);
5. Uniformes e crachás de identificação dos agentes de coleta;
6. Cartas de apresentação a serem entregues aos moradores dos domicílios;
7. O treinamento dos agentes de coleta (o treinamento de coordenadores e supervisores de Campo será ministrado pelo IPEDF Codeplan, enquanto o treinamento dos agentes de coleta será de responsabilidade da Contratada), providenciando local adequado para sua realização;
8. Desenvolvimento de um painel (*dashboard*) para acompanhamento on-line da coleta de dados;
9. A realização da pesquisa piloto;
10. A entrega dos dados coletados na pesquisa piloto.

7.2. - 2º. Produto – O segundo produto equivale à conclusão e entrega dos primeiros 25% da amostra efetivamente pesquisada, juntamente com um relatório de execução das atividades. O pagamento relativo a esse produto ocorrerá após emissão da fatura atestada pelo executor técnico do contrato, no percentual de 15% do valor total contratado.

7.3. - 3º. Produto – O terceiro produto equivale à conclusão e entrega de mais 25% da amostra total, acumulando 50% de domicílios efetivamente pesquisados, juntamente com um relatório de execução das atividades. O pagamento relativo a esse produto ocorrerá após emissão da fatura atestada pelo executor técnico do contrato, no percentual de 15% do valor total contratado.

7.4. - 4º. Produto – O quarto produto equivale à conclusão e entrega de mais 25% da amostra total, acumulando 75% de domicílios efetivamente pesquisados, juntamente com um relatório de execução das atividades. O pagamento relativo a esse produto ocorrerá após emissão da fatura atestada pelo executor técnico do contrato, no percentual de 20% do valor total contratado.

7.5. - 5º. Produto – O quinto produto equivale à conclusão e entrega de mais 25% da amostra total, acumulando 100% de domicílios efetivamente pesquisados, juntamente com um relatório de execução das atividades. O pagamento relativo a esse produto ocorrerá após emissão da fatura atestada pelo executor técnico do contrato, no percentual de 20% do valor total contratado para a coleta de dados.

7.6. - 6º. Produto – O sexto produto equivale à entrega da base de dados final corrigida e consolidada, acompanhada de relatório final de toda prestação de serviços de coleta de dados para a PDAD-A 2023, contendo o mapa de produção alcançada por localidade. O pagamento relativo a esse produto ocorrerá após emissão da fatura atestada pelo executor técnico do contrato, no percentual de 15% do valor total contratado. Com o pagamento deste produto o IPEDF Codeplan liquidará toda a prestação dos serviços de coleta de dados para a PDAD-A 2023, devendo-se salientar que caso a amostra efetivamente pesquisada e validada pelo IPEDF Codeplan não alcance 100% do estabelecido no contrato, **a diferença não pesquisada não será objeto de pagamento.**

8. TAMANHO DA AMOSTRA (QUANTITATIVO DE DOMICÍLIOS A SEREM PESQUISADOS)

O tamanho da amostra principal da PDAD-A 2023 foi calculado em 25.000 (vinte e cinco mil) domicílios, devendo ser pesquisados todos os moradores neles residentes, coletadas as informações do questionário conforme orientações metodológicas contidas no manual do agente de coleta, elaborado pelo IPEDF Codeplan. Em casos específicos, definidos pelo IPEDF Codeplan, a amostra principal poderá ser substituída por duas amostras complementares, de igual ou menor tamanho (a depender da localidade). O tamanho da amostra foi calculado com base na quantidade de domicílios existentes em cada uma das localidades representativas pesquisadas, seguindo critérios estatísticos específicos para a PDAD-A, considerando as bases de dados mais atuais dos domicílios existentes no DF e áreas selecionadas dos 12 municípios goianos pesquisados, além de análises complementares por meio de mapas e imagens georeferenciados.

AMOSTRA - PDAD-A 2023

ITEM	LOCALIDADE	AMOSTRA	ITEM	LOCALIDADE	AMOSTRA
1	Plano Piloto – Area 1	409	31	Sobradinho II	573
2	Plano Piloto – Area 2	400	32	Jardim Botânico	400
3	Plano Piloto – Area 3	400	33	Itapoã	400
4	Plano Piloto – Area 4	400	34	SIA	400
5	Gama	400	35	Vicente Pires – Area 1	402
6	Taguatinga	421	36	Vicente Pires – Area 2	400
7	Brazlândia	400	37	Fercal	400
8	Sobradinho	518	38	Sol Nascente/Pôr do Sol	400
9	Planaltina	463	39	Arniqueira	610
10	Paranoá	467	40	Arapoanga	509
11	Núcleo Bandeirante	400	41	Água Quente	400
12	Ceilândia	557	42	Área Rural	450
13	Guará	400	43	Águas Lindas	400
14	Cruzeiro	400	44	Cocalzinho de Goiás	400
15	Samambaia	547	45	Padre Bernardo - Area 1	400
16	Santa Maria	450	46	Padre Bernardo - Area 2	400
17	São Sebastião – Area 1	400	47	Planaltina	400
18	São Sebastião – Area 2	400	48	Valparaíso de Goiás	400
19	Recanto das Emas	450	49	Alexânia	694
20	Lago Sul	400	50	Cristalina - Area 1	400
21	Riacho Fundo	643	51	Cristalina - Area 2	400
22	Lago Norte	400	52	Formosa	400
23	Candangolândia	403	53	Luziânia - Area 1	400
24	Águas Claras	400	54	Luziânia - Area 2	400
25	Riacho Fundo II	400	55	Novo Gama	400
26	Sudoeste/Octogonal	400	56	Cidade Ocidental - Area 1	400
27	Varjão	407	57	Cidade Ocidental - Area 2	400
28	Park Way	427	58	Santo Antônio do Descoberto	400
29	SCIA – Area 1	400			
30	SCIA – Area 2	400			
AMOSTRAGEM TOTAL - PDAD-A 2023					25.000

9 – CRITÉRIOS METODOLÓGICOS DE EXECUÇÃO

9.1. - A prestação dos serviços de coleta de dados da PDAD-A deverá ser realizada de acordo com os critérios e definições metodológicas constantes deste Termo de Referência, cumprindo, também, deliberações decorrentes das reuniões técnicas previstas durante a prestação dos serviços.

9.1.1 - Coleta de Dados - A coleta de dados será realizada nos domicílios selecionados na amostra principal e de substituição. A seleção da amostra obedecerá aos critérios estatísticos probabilísticos desenhado para a PDAD-A. O questionário a ser aplicado, elaborado pelo IPEDF Codeplan (Anexo), está dividido em 10 grandes blocos (**A** - Identificação; **B** – Características do Domicílio Particular; **C** – Inventário de Bens, Serviços Domiciliares e Animais de Estimação; **D** – Segurança Alimentar e Nutricional; **E** - Características Gerais e de Migração dos Moradores; **F** – Comunicação e Informação; **G** – Saúde Individual; **H** – Características de Educação; **I** – Trabalho e Rendimento; **J** – Encerramento).

9.1.2. - O Manual do Agente de coleta (Anexo), elaborado pelo IPEDF Codeplan, deverá ser entregue para todos os agentes de coleta, para conhecimento, treinamento e utilização diária para consultas nas entrevistas de campo. O manual fornece orientações necessárias ao preenchimento do questionário no formato eletrônico, seguindo os critérios técnicos metodológicos definidos pelo IPEDF Codeplan.

9.1.3. - O treinamento do(s) Coordenador(es) de campo e dos supervisores será realizado pelo IPEDF Codeplan, cabendo à Contratada treinar os agentes de coleta por ela contratados. O IPEDF Codeplan reserva-se o direito de participar dos treinamentos dos agentes de coleta, se considerar conveniente ou necessário. Treinamentos de reforço dos agentes de coleta devem ser realizados sempre que verificada a necessidade por parte do IPEDF Codeplan.

9.1.4. - A coleta de dados deverá ser efetuada exclusivamente por meio dos coletores eletrônicos, dotados do aplicativo Survey CTO dedicado e específico para a PDAD-A. As informações coletadas irão alimentar a base de dados, com entregas sistemáticas ao IPEDF Codeplan, seguindo calendário definido pelo IPEDF Codeplan ao longo do período de execução da coleta de dados, em arquivo texto (TXT), delimitado, em layout pré-definido (um arquivo com dados relativos a Moradores, outro relativo a Domicílios e um último relativo a todas as visitas realizadas), com dicionário de dados para cada arquivo.

9.1.5. - O aplicativo dos coletores eletrônicos de dados, desenvolvido pelo IPEDF Codeplan além da função de coleta de dados do questionário da PDAD-A, também terá funções de análises de consistência dos dados coletados, conforme regras definidas pelo IPEDF Codeplan, acusando eventuais inconsistências. As ocorrências de irregularidades e/ou inconsistências de dados coletados deverão ser encaminhadas ao Supervisor de Campo para, se for o caso, retornarem a campo para as correções necessárias.

9.1.6. - O IPEDF Codeplan fornecerá a lista de domicílios selecionados para a amostra principal, bem como a lista de domicílios para substituição, previstas nos casos de recusas e após três visitas a domicílios fechados.

9.2 - Estimativa de tempo dispendido para preenchimento do Questionário - A aplicação do questionário da PDAD-A tem estimativa de tempo dispendido para preenchimento integral de aproximadamente 40 (quarenta) minutos, a partir da abordagem agente de coleta ao morador e a realização completa da entrevista.

9.3 - Quantitativo de profissionais empregados na Coleta de Dados - O quantitativo de profissionais necessários para realização do objeto do presente Termo de Referência está estimado em 75 agentes de coleta ativos por dia, durante 130 dias, conforme estabelecidos no cronograma de execução. Além de um coordenador geral de campo, a relação mínima deve ser de um supervisor para cada dez agentes de coleta. Todo efetivo de campo (coordenadores, supervisores e pesquisadores) é de responsabilidade da CONTRATADA, a quem caberá alocar o pessoal de acordo com logística de execução definida pelo IPEDF Codeplan para o serviço contratado.

9.4. - Estrutura da PDAD-A

9.4.1 - Preposto da Contratada: é o executor do Contrato, que nos termos da legislação, será responsável pelas tratativas com o Coordenador de Pesquisas do IPEDF Codeplan e por todas as fases do contrato, desde a primeira etapa até a conclusão dos trabalhos de campo e entrega final da coleta de dados (*Questionários* aplicados e armazenados em base de dados);

9.4.2 – Coordenador Geral de Campo: Profissional da CONTRATADA responsável por coordenar toda a atividade de campo da PDAD-A, lotado no Distrito Federal, que inclui o seu treinamento, recrutamento e treinamento de agentes de coleta e todas as demais atividades de coleta. Deve ter disponibilidade integral para sanar, inclusive presencialmente, todas as ocorrências que possam ocorrer no decorrer da coleta. Será responsável por cadastrar os agentes de coleta em sistema fornecido pelo IPEDF Codeplan. Participar de reuniões semanais de acompanhamento das atividades do projeto junto ao IPEDF Codeplan;

9.4.3 - Coordenador Geral de Pesquisa: Profissional do IPEDF Codeplan, responsável por todos os aspectos técnicos e operacionais da pesquisa perante a Contratante;

9.4.4 - Supervisor de Campo: Profissional da CONTRATADA, responsável pela distribuição dos domicílios para os agentes de coleta, de acordo com o plano logístico definido pela coordenação geral de campo, e recolhimento do trabalho, devendo acompanhar e supervisionar os trabalhos em campo, oferecendo apoio aos agentes de coleta, inclusive presencialmente se necessário. Deverá produzir relatórios semanais de desempenho dos agentes de coleta, reportando ocorrências ao coordenador geral de campo quando necessário;

9.4.5 - Agente de Coleta: Profissional da CONTRATADA, que irá a campo realizar a abordagem aos moradores dos domicílios amostrados, as entrevistas e preenchimento dos Questionários;

9.4.6 - Agente de checagem: Profissional terceirizado pelo IPEDF Codeplan, que irá realizar visita a domicílios já pesquisados, *in loco* ou por telefone, para certificação da entrevista realizada, conferência dos dados coletados e certificação do cumprimento das normas estabelecidas para a coleta de dados da PDAD-A. Os serviços de Checagem visam a obtenção da garantia quanto à fidedignidade/qualidade das informações coletadas.

10 - PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS IMPORTANTES

10.1. - A contratada deverá apresentar os modelos dos uniformes (colete/camiseta e bonés/chapéu), com as respectivas logomarcas, a serem aprovados pelo IPEDF Codeplan;

10.2. - A logística espacial e estratégias para realização da coleta de dados é de responsabilidade da CONTRATADA, inclusive os meios de transportes para áreas de difícil acesso. O planejamento logístico contempla entrega de cartas e envio de correspondências comunicando os moradores sobre a realização da pesquisa, realização de contatos para esclarecimentos e agendamentos de visitas, além de mecanismos a serem utilizados para facilitar a entrada dos agentes de coleta nos locais de acesso restrito. Todos os custos de impressão, envio do material e deslocamentos são de responsabilidade da contratada. Todo o material de comunicação deverá ser previamente aprovado pelo IPEDF Codeplan;

10.3. - É obrigatória a utilização de Crachás da Contratada pelos agentes de coleta, quando em serviço de campo. O layout do crachá será definido e disponibilizado pelo IPEDF Codeplan, cuja confecção será de responsabilidade da Contratada. Sempre que houver desligamento de um agente de coleta, caberá à CONTRATADA inutilizar o respectivo crachá, inclusive qualquer material impresso alusivo à pesquisa por ele manuseado. Ao final da pesquisa, todos os materiais alusivos à pesquisa deverão ser destruídos;

10.4. - A coleta de dados resultante das entrevistas será realizada exclusivamente mediante utilização do coletor eletrônico de dados contendo o aplicativo dedicado para a PDAD-A, e somente realizada de forma presencial;

10.5. - Todos os domicílios objeto de visita, mesmo os vagos, fechados ou recusados, deverão ser registrados e georeferenciados por meio do coletor de dados, pelos agentes de coleta;

10.6. - Os domicílios visitados deverão ter sua fachada fotografada no coletor eletrônico, cuja imagem deverá ser repassada ao IPEDF Codeplan;

10.7. - Os serviços de coleta de dados realizados pela Contratada passarão por processo de Checagem, por meio de amostragem aleatória, a ser realizada por empresa contratada pelo IPEDF Codeplan. Essa Checagem objetiva avaliar a qualidade do serviço prestado e se a execução dos serviços obedeceu a regras técnicas estabelecidas pelo IPEDF Codeplan, quanto ao preenchimento do questionário, confirmação do endereço do domicílio pesquisado, entre outras confirmações.

10.8. - Verificada qualquer irregularidade e/ou inconsistência nos dados coletados por um determinado agente de coleta, toda a sua produção deverá ser revisada. Os questionários corretos serão aproveitados e os demais substituídos ou descartados, caso não exista possibilidade de substituição.

10.9. - Deverão ser coletadas informações de TODOS os moradores do domicílio. Poderão ser entrevistados, para responder ao questionário, um ou mais moradores maiores de 14 anos, que tenha condições de responder pelos demais membros do domicílio. Caso seja constatado que no domicílio existe algum morador não entrevistado, a coleta de todo o domicílio não será válida;

10.7. - Os casos de domicílios com recusa do morador em responder a PDAD-A ou de não existência de pessoas residindo no domicílio sorteado, deverão ser registrados no coletor eletrônico e informados ao Coordenador Geral pelo IPEDF Codeplan, o mais rápido possível, para controle e avaliação da necessidade de proceder à substituição. Caberá ao IPEDF Codeplan oferecer o critério metodológico e limites quantitativo de substituição de domicílios;

10.8. - Serão objeto de pagamento os domicílios com questionário efetivamente respondido pelo entrevistado, contendo informação de todos os moradores do domicílio, e validado pelo o IPEDF Codeplan. Ou seja, as visitas aos domicílios fechados, recusados, vagos, ou qualquer outra situação, não serão remuneradas.

10.9. - A lista de todos os domicílios visitados deverá ser sistematicamente entregue ao IPEDF Codeplan, juntamente com as bases de dados parciais e todas as informações captadas pelo coletor eletrônico.

11 - ATESTADO DE EXECUÇÃO E CONTROLE DE QUALIDADE

11.1. - Atestado de execução

A execução dos serviços, uma vez de acordo com os critérios estabelecidos no presente Termo de Referência e Cláusulas Contratuais, será atestada por Gestor designado pelo IPEDF Codeplan, a quem competirá, caso julgue necessário, valer-se de fiscalizações para atestar o recebimento e aceite dos serviços, a cada entrega e parcela a ser faturada. Ressalta-se que os pagamentos das faturas emitidas somente serão liquidados mediante aceite e atesto dos serviços prestados em cada uma das etapas de entregas, pelo Gestor do Contrato.

11.2. – Controle de Qualidade

O controle de qualidade dos serviços será realizado pelo IPEDF Codeplan com base nas análises das entregas semanais das bases com os dados coletados, conjuntamente com a checagem de dados realizada em subamostra da amostra pesquisada, por empresa contratada para este fim.

12 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.1 - A CONTRATADA deverá possuir capacitação técnica comprovada, mediante apresentação dos seguintes Atestados:

12.1.1- Atestado de capacidade técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que o licitante já executou, com qualidade satisfatória, serviços de coleta de dados, por meio de coletor eletrônico de dados, em domicílios residenciais, para pesquisas socioeconômicas, compatíveis com o objeto deste Termo de Referência.

12.1.2. - O(s) atestado(s) de capacidade/experiência técnica deverá(ão) conter: Nome, CNPJ e endereço completo da pessoa jurídica emitente; Nome completo do responsável pela emissão, cargo, telefone para contato; Contrato ou documento de contratação ao qual se relaciona o atestado; Objeto e vigência contratual; nome e telefone do signatário do atestado; detalhamento dos serviços executados: tipo, quantidades, natureza, especificações etc.; Metodologias, tecnologias e outros recursos utilizados na execução; Avaliação da qualidade dos serviços prestados; Outras informações relevantes como Local, data e assinatura do responsável pela emissão;

12.1.3. - Somente será(ão) considerado(s) atestado(s) apresentado(s) em original(is) ou cópia(s) autenticada(s) em cartório.

12.2. - PERFIL DA EQUIPE DE COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS - A equipe de coordenação dos trabalhos deve ser constituída, conforme a descrição presente no quadro 1:

Quadro 1 – Descrição da composição mínima da equipe e de sua formação acadêmica e experiência profissional mínimas

Composição Mínima da Equipe	Formação Acadêmica Mínima da Equipe	Experiência Profissional Mínima da Equipe
1 coordenador/a geral de campo, com lotação no Distrito Federal durante a pesquisa	Ensino superior completo	Coordenação de, pelo menos, uma pesquisa com coleta, por meio de entrevistas domiciliares com coletores eletrônicos, com atividades como: coleta, digitalização, tabulação, crítica, formatação e disponibilização de bases de dados por meio eletrônico. Experiência na gestão de pessoas.
1 técnico/a de geoprocessamento	Nível técnico ou médio completo	Experiência comprovada de participação em pesquisas ou trabalhos técnicos que tenham realizado geoprocessamento de dados e elaboração de mapas.
1 técnico/a de programação	Nível técnico ou médio completo	Experiência comprovada de pelo menos um ano em atividades de programação de dispositivos que utilizam o sistema operacional <i>mobile</i> , podendo ser dispositivos móveis de coleta de dados ou similares, para coleta de dados, bem como na extração e organização dos dados coletados em layouts específicos.

1 analista de dados	Nível superior completo	Experiência de pelo menos um ano na análise e consistência de dados coletados em dados de pesquisas domiciliares.
6 supervisores	Nível superior completo	Experiência em pesquisa de campo
60 agentes de coleta	Ensino médio completo	

12.2.1 Comprovação de cumprimento dos requisitos mínimos de formação acadêmica e experiência profissional

12.2.1.1. - A formação acadêmica mínima deve ser comprovada por meio de diplomas ou certificados de conclusão, ou declarações escolares, emitidos por entidades reconhecidas pelo Ministério de Educação e Cultura – MEC;

12.2.1.2. - A experiência profissional indicada no Quadro 1 deste termo deve ser comprovada por meio de atestado de capacidade técnica em que conste o nome do profissional exercendo a função para qual foi indicado.

13 - REQUISITOS DA PROPOSTA DE PREÇOS - A Proposta de Preços deverá ser apresentada, de acordo com as exigências previstas neste Termo de Referência e Anexos, digitada ou impressa por meio eletrônico, com clareza, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada na última página e rubricada nas demais pelo representante legal da Empresa, devendo atender, ainda, aos requisitos abaixo, para fins de obtenção de sua classificação:

13.1. - Apresentar a identificação do endereço, número do CNPJ e da inscrição estadual ou municipal, se for o caso, bem como a assinatura de seu representante legal;

13.2. - Conter todas as condições de ofertas exigidas neste Termo de Referência e Anexos, escritas de maneira a não ensejar dúvidas por ocasião da análise e do julgamento, não se admitindo expressões vagas ou imprecisas;

13.3. - Conter a descrição da forma como a CONTRATADA irá gerenciar a execução de oferta dos serviços técnicos exigidos neste Termo de Referência e Anexos, incluindo a sistemática de acompanhamento das atividades, forma de interação com a CONTRATANTE, e forma de avaliação do desempenho dos profissionais envolvidos na prestação dos serviços, escritos de maneira a não ensejar dúvidas por ocasião da análise e do julgamento, não se admitindo expressões vagas ou imprecisas;

13.4. - Conter prazo de validade mínimo de 60 (sessenta) dias;

13.5. - Computar todos os tributos, impostos, taxas, fretes e quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado. A Comissão considerará que quaisquer outros encargos financeiros não informados estarão inclusos nos preços ofertados, não sendo admitida posterior inclusão;

13.6. - Conter declaração expressa, assinada pelo representante legal, de que se compromete a cumprir todos os prazos estabelecidos no Termo de Referência;

13.7. - Conter declaração de que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte da prestação dos serviços, tais como impostos, taxas, transportes, encargos sociais e trabalhistas, seguros, e quaisquer outras que possam incidir sobre gastos da Empresa destinados ao cumprimento do Contrato. Não será admitida proposta de preço que apresente valores simbólicos, irrisórios, nulos ou incompatíveis com os praticados no mercado;

13.8. - Conter declaração de ciência da responsabilidade da contratada na contratação direta da equipe de agentes de coleta para o levantamento dos dados, sem possibilidade de subcontratação;

13.9. - A empresa deverá fornecer um nome, telefone celular do preposto da empresa que responderá por qualquer ato da CONTRATADA.

13.10. - Em caso de divergência entre os preços unitários e totais, prevalecerão os primeiros e entre os valores em algarismos e por extenso, serão levados em conta estes últimos.

13.11. - Nos preços ofertados não serão admitidos descontos ou referência a preços propostos pelas demais Empresas.

13.12. - A apresentação da proposta de preços implica aceitação plena e irrefutável das condições do Termo de Referência.

14. REGIME DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO

O objeto do presente Termo de Referência será executado de forma indireta, sob Regime de Execução de Serviço.

15. CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA

O objeto do presente Termo de Referência correrá por conta do Programa de Trabalho 04.122.6203.29120013 - Fonte: 100 - Natureza da Despesa: 33.9039.

16. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O critério de julgamento das propostas será o de MENOR PREÇO GLOBAL.

17. GARANTIA CONTRATUAL

A empresa deverá recolher em nome do IPEDF Codeplan, garantia contratual regulado e definido em Lei, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, em até 10 (dez) dias, após a data de assinatura do contrato.

18. PENALIDADES

18.1. - Em caso de inexecução total ou parcial dos serviços ou qualquer outra inadimplência contratual, a CONTRATADA estará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, no que couber;

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

19.1. - São obrigações e responsabilidades da **CONTRATANTE**:

1. Indicar um gestor do Contrato;
2. Cumprir os compromissos financeiros de acordo com as condições e preços pactuados com a **CONTRATADA**;
3. Fornecer e colocar à disposição da **CONTRATADA**, todos os elementos e informações que se fizerem necessários para que a mesma possa desempenhar seus serviços dentro das normas do Contrato e do Termo de Referência;
4. Notificar, formal e tempestivamente, a **CONTRATADA** sobre eventuais irregularidades observadas no serviço prestado;
5. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades quaisquer, débitos de sua responsabilidade, bem como fiscalizar a execução do Objeto Contratado.
6. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA** em decorrência da prestação de serviços, efetuar os pagamentos à **CONTRATADA**, de acordo com as condições e preços pactuados no Contrato;
7. Promover, por intermédio do executor do Contrato, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços prestados pela **CONTRATADA**, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à **CONTRATADA** as ocorrências de qualquer fato que exija medidas por parte desta e, efetuando o seu atesto quando estiver em conformidade com os parâmetros técnicos e qualidade exigida;
8. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades, qualquer débito de sua responsabilidade, bem como fiscalizar a execução do objeto contratado, para que sejam adotadas medidas corretivas;
9. Disponibilizar à **CONTRATADA**, a lista de endereços dos domicílios amostrados, os parâmetros qualitativos exigidos e critérios técnicos, metodológicos e de limites quantitativo estabelecidos para os casos de substituição de domicílio amostrado.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

20.1. - São obrigações e responsabilidades da **CONTRATADA**:

1. Executar os serviços conforme especificações do presente Termo de Referência, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais necessários, na qualidade e quantidade para execução dos serviços;
2. Manter, durante o tempo da execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação;
3. Atender as solicitações da CONTRATANTE quanto à implementação dos serviços previstos no Termo de Referência;
4. Apresentar, em conformidade com cronograma, a nota fiscal/fatura referente aos serviços prestados;
5. Responsabilizar-se civilmente por todos e quaisquer danos materiais, morais e/ou prejuízos causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente à Contratante ou a terceiros;
6. Responsabilizar-se por todas obrigações trabalhistas, como pagamento de salários, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, securitários, taxas, impostos, seguro de vida, transporte, quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal e demais despesas eventuais decorrentes da prestação de serviços;
7. Manter, no mínimo, os pisos salariais acordados em dissídios, convenções coletivas, acordos trabalhistas do local onde os serviços são contratados e prestados;
8. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor e constante neste Termo;
9. Garantir as facilidades necessárias e o acesso de empregados da Contratante em suas dependências, para a realização de auditoria nos serviços contratados;
10. Substituir qualquer dos agentes de coleta, quando solicitado pela contratante, caso seja confirmado qualquer conduta inadequada aos serviços;
11. Elaborar, sempre que solicitado pela Contratante, relatórios gerenciais e/ou técnicos referentes aos serviços produzidos, os quais deverão ser entregues no prazo máximo de dois dias úteis a contar da solicitação.
12. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato;
13. Relatar imediatamente e por escrito à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços e prestar esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante;
14. Não permitir a utilização do trabalho do menor;
15. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos; com os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatória para o atendimento ao objeto da licitação;

17. Refazer, às suas custas, os serviços reprovados pelo Executor, arcando com o custo de todos os materiais necessários. O critério para a reprovação dos serviços levará em conta análises realizadas pela equipe técnica da Contratante, que inclui a checagem das informações presencialmente, de responsabilidade do IPEDF Codeplan. Na checagem será verificado se a entrevista foi realizada, se o agente de coleta percorreu todo o questionário e se os critérios metodológicos foram observados. O registro das checagens será realizado em formulário próprio, permitindo à contratada identificar qual o problema verificado e em que lugar ele ocorreu. Entende-se por problemas as incoerências com as informações coletadas ou nos procedimentos de aplicação das entrevistas. Ao longo da execução do contrato a empresa será orientada no sentido de minimizar os problemas na coleta dos dados.
18. A Contratada deverá providenciar, às suas expensas, a(s) correção(ões) do(s) serviço(s) que não atender(em) às especificações do objeto contratado, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar do recebimento da solicitação, ressaltando-se que o ato de recebimento não importará, necessariamente, na sua aceitação.
19. Atender a todas as orientações do Executor, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendimento das reclamações formuladas.
20. Substituir imediatamente, por determinação do Executor, qualquer empregado cuja conduta ou desempenho insatisfatório comprometa o bom andamento dos serviços.
21. Adotar todas as providências e assumir todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando, em ocorrência da espécie forem vítimas os seus empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificados em dependências da Contratante.
22. Garantir o sigilo absoluto das informações coletadas, abstendo-se de ceder e/ou comercializar a base de dados ou qualquer informação nela constante. O produto objeto da prestação de serviços pela Contratada é de propriedade exclusiva da Contratante.
23. Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Termo de Referência.

21 - DA FISCALIZAÇÃO

21.1 - A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por gestor especialmente designado pelo IPEDF Codeplan, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, além das atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira do Distrito Federal.

21.2 - Não obstante, a CONTRATADA seja única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços definidos no Termo de Referência e seus Anexos, a CONTRATANTE reserva-se o direito de exercer a mais ampla fiscalização sobre os serviços, por intermédio de representante especificamente designado, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, podendo:

1. Sustar a execução de qualquer trabalho que esteja sendo feito em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se torne necessária;
2. Exigir a substituição de qualquer empregado ou preposto da CONTRATADA que, a seu critério, venha a prejudicar o bom andamento dos serviços;
3. Determinar a reexecução dos serviços realizados com falha, erro ou negligência, lavrando termo de ocorrência do evento.

22 - DO PAGAMENTO

22.1. - O pagamento será efetuado em sete parcelas, em conformidade com as condições previstas no cronograma de execução da pesquisa (Item 6) e após efetivada cada entrega dos questionários aplicados em cada uma das três etapas previstas. O pagamento também estará condicionado à verificação qualitativa, pela equipe técnica do IPEDF Codeplan, dos serviços prestados. Após a checagem e recebimento da nota fiscal eletrônica, a Contratante terá prazo de até 10 (dez) dias úteis para efetuar o pagamento (Protocolo ICMS nº 42, de 03 de julho de 2009). A nota fiscal deverá estar devidamente atestada por empregado designado pelo IPEDF Codeplan, de acordo com as exigências administrativas em vigor e acompanhada da seguinte documentação:

- a) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943. (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011).
- b) Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de: certidão quanto à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Regional da Fazenda Nacional; e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais", fornecida pela Delegacia da Receita Federal.
- c) Certificado de Regularidade perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado, nos termos da Lei n.º 8.036, de 11 de maio de 1990;
- d) Certidão Negativa de falência, concordata ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datada dos últimos 30 (trinta) dias ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;
- e) Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeito Negativo, emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda do Governo do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal.

23 - DO CONTRATO

- 23.1.** - O Contrato decorrente deste Termo de Referência terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.
- 23.2.** - O Contrato poderá ter seu prazo de vigência prorrogado por igual período.

Em 07 de julho de 2023.

(Papel Timbrado da LICITANTE)**Ref.: Pregão Eletrônico nº. XX/2023**

A Empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal, _____, portador(a) da Carteira de Identidade no _____ e do CPF no _____, DECLARA, que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas Leis Trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da entrega da proposta, conforme disposto no §1º, do art. 63, da Lei 14.133, de 2021.

Brasília (DF), de _____ de 2023.

(Representante legal)

(CARIMBO DO CNPJ DA LICITANTE)

ANEXO IV (EDITAL)**MODELO DE DECLARAÇÃO****(Papel Timbrado da LICITANTE)****Ref.: Pregão Eletrônico nº. XX/2023**

A Empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal, _____, portador(a) da Carteira de Identidade no _____ e do CPF no _____, DECLARA, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme IV do art. 63, da Lei 14.133, de 2021.

Brasília (DF), de _____ de 2023.

(Representante legal)

(CARIMBO DO CNPJ DA LICITANTE)

ANEXO V (EDITAL)**MINUTA DO CONTRATO**

MINUTA - CONTRATO Nº. XX/2023, A SER CELEBRADO ENTRE O INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL - IPEDF CODEPLAN E A EMPRESA XXXXX, PARA REALIZAÇÃO DA COLETA DE DADOS PARA A PESQUISA DISTRITAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS AMPLIADA-PDAD-A 2023 .

Processo nº.: 04031-00000117/2023-36**CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS PARTES**

Pelo presente instrumento, **O DISTRITO FEDERAL**, por intermédio do **INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL-IPEDF CODEPLAN**, inscrito no CNPJ sob o n.º 47.020.286/0001-30, estabelecido no SAM - Bloco H, Brasília -DF, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Diretor - Presidente, **MANOEL CLEMENTINO BARROS NETO**, e, por sua Diretora de Desenvolvimento Institucional, **SÔNIA GONTIJO CHAGAS GONZAGA**, no uso das atribuições que lhe conferem o [art. 72, inciso](#)

[VII, do Decreto nº 43.977, de 1º de dezembro de 2022](#), e a empresa, **XXXXXXXXXXXX**, estabelecida na **XXXXXXXXXXXX**, CEP nº **XXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº **00.000.000/0000-00**, doravante denominada, **CONTRATADA**, neste ato representada por seu **XXXXXXXX**, Senhor(a), resolvem celebrar o presente Contrato, em decorrência do resultado do **Pregão Eletrônico nº XX/2023**, Adjudicado e Homologado em **XX/XX/2023**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), [Decreto nº 44.330, de 16 de março de 2023](#) e demais legislações aplicáveis, de acordo com as cláusulas e condições a seguir enumeradas:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PROCEDIMENTO

2.1. Fazem parte deste Contrato, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, com fundamento na [Lei 14.133, de 2021](#), no [Decreto nº 44.330, de 2023](#), e demais normas pertinentes e aplicáveis ao objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO

3.1. Este Contrato tem por objeto a Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de coleta de dados socioeconômicos por amostragem domiciliar, para realização da coleta de dados para a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios Ampliada–PDAD-A 2023, na qual serão coletados dados e informações de todos os moradores residentes nos domicílios amostrados, mediante aplicação de questionário com utilização de coletor eletrônico de dados e/ou tablets, de acordo com as disposições constantes no **Termo de Referência 6** (Doc. SEI nº [107809667](#)), no **Edital de Licitação PE XX/2023** (Doc. SEI nº XXXXXX), e na proposta do **CONTRATADO** (Doc. SEI nº XXXXXX), que passam a integrar o presente Termo, independentemente de sua integral transcrição.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

4.1. Este Contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir da última assinatura, podendo ser prorrogado, por interesse das partes, por meio de Termo Aditivo, observando o limite estabelecido no [artigo 106 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#).

4.1.1. A prorrogação de que trata esta Cláusula fica condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para o IPEDF Codeplan, permitida a negociação com a **CONTRATADA**, e observando os seguintes requisitos:

4.1.1.1. estar formalmente demonstrado que a forma de prestação de serviços tem natureza continuada;

4.1.1.2. relatório que discorra sobre a execução do Contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

4.1.1.3. justificativa e motivo, por escrito, de que o IPEDF Codeplan mantém o interesse na realização do serviço;

4.1.1.4. manifestação da **CONTRATADA** informando o interesse na prorrogação; e

4.1.1.5. comprovação de que a **CONTRATADA** mantém as condições iniciais de habilitação.

CLÁUSULA QUINTA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

5.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1. Do Preço

7.1.1. O valor total da contratação é de **R\$ XXXXX (XXXXXX)**.

7.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7.2. Da Forma e do Prazo de Pagamento

7.2.1. A forma e o prazo para pagamento ao **CONTRATADO** e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da Seguinte Dotação Orçamentária:

I - Unidade Orçamentária: 19219

II - Programa de Trabalho: 04.122.6203.2912.0013 - Estudos e Pesquisas Socioeconômicas, Urbanas e Ambientais - DF ENTORNO.

III - Natureza da Despesa: 33.90.39.05

IV. Fonte de Recurso: 100

8.2. O empenho inicial é de **R\$ XXXX (XXXXX)**, conforme Nota de Empenho nº **XXXXXXXXXXXX**, emitida em **XX/XX/XXXX**, sob o evento nº **XXXXXX**, na modalidade **xxxxxx**.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE

- 9.1. O valor total do presente Contrato é de **R\$ XXXXXX (XXXXXXXX)**.
- 9.2. O preço inicialmente contratado é fixo e irrevogável no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado, em ___/___/___ (Doc. SEI nº XXXXXXX).
- 9.3. Após o interregno de um ano, e independentemente do pedido da **CONTRATADA**, o preço inicial será reajustado, mediante a aplicação, pela **CONTRATANTE**, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA.
- 9.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 9.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 9.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 9.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 9.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 9.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações da **CONTRATANTE**, além de outras previstas neste Contrato, no Edital e seus anexos:

- 10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, de acordo com o Contrato e seus anexos;
- 10.2. Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 10.3. Notificar o **CONTRATADO**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 10.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pelo **CONTRATADO**;
- 10.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no qual pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 10.6. Efetuar o pagamento a **CONTRATADA** no valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidas no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 10.7. Aplicar ao **CONTRATADO** as sanções previstas na Lei e neste Contrato;
- 10.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 10.8.1. O IPEDF Codeplan terá o prazo de **um mês**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações do **CONTRATADO**, além de outras previstas neste Contrato e no Edital e seus anexos:

- 11.1. O **CONTRATADO** deve cumprir todas as obrigações constantes no Contrato e seus anexos.
- 11.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo gestor do Contrato ou autoridade superior.
- 11.3. Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.
- 11.4. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato.
- 11.5. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS – LEI Nº 13.709/2018

- 12.1. As partes, por si e por seus colaboradores, obriga-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre a Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores e fiscalizadores sobre a matéria, em especial a [Lei 13.709/2018](#).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 13.1. A **CONTRATADA**, no prazo de **10 (dez) dias úteis**, ocorridos após a data da última assinatura do Termo do Contrato, prestará a garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, mediante a escolha de uma das modalidades estabelecidas no [art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 13.2. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- 13.2.1.** prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 13.2.2.** multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à **CONTRATADA**; e
- 13.2.3.** obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não cumpridas pela **CONTRATADA**, quando couber.
- 13.3.** A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 13.4.** Caso seja utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a execução do Contrato e por mais 120 (cento e vinte) dias após o término da vigência do Contrato e permanecerá em vigor mesmo que o **CONTRATADO** não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 13.4.1.** A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do Contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 13.5.** A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 13.2, observada a legislação que rege a matéria.
- 13.6.** Caso seja utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do Contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 13.7.** Na hipótese de suspensão do Contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o **CONTRATADO** ficará desobrigado de renovar a garantia ou endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO

- 14.1.** Toda e qualquer alteração do avençado neste Contrato reger-se-á pelo disciplinado nos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 14.2.** O **CONTRATADO** é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do Contrato.
- 14.3.** Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de Termo Aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.1.** Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o **CONTRATADO** que:
- a) der causa à inexecução parcial do Contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse público;
 - c) der causa à inexecução total do Contrato;
 - d) ensejar retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa a execução do Contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).
- 15.2.** Serão aplicados ao **CONTRATADO** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- I - Advertência**, quando o **CONTRATADO** der causa à inexecução parcial do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- II - Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- IV - Multa:**
- 1. moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.
 - 2. Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 15.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 15.4.** Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 15.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 15.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

15.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

15.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

15.8. A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **CONTRATADO**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

15.9. O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

15.10. As sanções de impedimento de licitar, contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO GESTOR

16.1. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por gestor especialmente designado pela **CONTRATANTE**, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos identificados, além das atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira do Distrito Federal, [Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS DÉBITOS PARA COM A FAZENDA PÚBLICA

17.1. Os Débitos da **CONTRATADA** para com o Distrito Federal, decorrentes ou não deste ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

18.1. O Contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

18.2. O Contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a **CONTRATANTE**, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o Contrato não mais lhe oferece vantagem.

18.3. A extinção, nesta hipótese, ocorrerá na próxima data de aniversário do Contrato, desde que haja a notificação do **CONTRATADO** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

18.4. Caso a notificação de não-continuidade do Contrato de que trata este subitem ocorra com menos de dois meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após dois meses da data da comunicação.

18.5. O Contrato pode ser extinto antes de cumprida as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como amigavelmente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

18.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos [168](#) e [139](#) da mesma Lei.

18.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejarão a rescisão se não restringir a sua capacidade de concluir o Contrato.

18.5.2.1. Se a operação implicar mudança de pessoa jurídica **CONTRATADA**, deverá ser formalizado Termo Aditivo para alteração subjetiva.

18.6. O Termo de Rescisão, sempre que possível, será precedido:

18.6.1. Balanço de eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

18.6.2. Relação de pagamentos já efetuados e ainda devidos;

18.6.3. Indenizações e multas.

18.7. A extinção do Contrato não configura óbice para reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de Termo Indenizatório, conforme [artigo 131 da Lei 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS CASOS OMISSOS

19.1. Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), pelo [Decreto nº 44.330, de 2023](#), e demais normas aplicáveis ao objeto.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

20.2. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

21.1. Como condição indispensável para a eficácia deste Contrato a **CONTRATANTE** divulgará o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Diário Oficial do Distrito Federal e no site do IPEDF Codeplan. A respectiva divulgação deverá ocorrer no prazo de **até 10 (dias) úteis** da data de sua assinatura.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DAS ASSINATURAS

22.1. E, por estarem justas e de acordo, para firmeza e validade do que foi estipulado em todas as Cláusulas, foi o presente termo assinado pelas partes.

Brasília-DF, 2023.

PELA CONTRATANTE:**MANOEL CLEMENTINO BARROS NETO**

Diretor - Presidente

SÔNIA GONTIJO CHAGAS GONZAGA

Diretora de Desenvolvimento Institucional - DIRDI

PELA CONTRATADA:

Responsável Legal



Documento assinado eletronicamente por **ODÍLIO FERREIRA CARVALHO FILHO - Matr. 3220015-3, Membro da Comissão.**, em 11/07/2023, às 10:54, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=117136905 código CRC= **F04136F7**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Administração Municipal - SAM, Bloco H - Bairro Asa Norte - CEP 70620-080 - DF

04031-00000117/2023-36

Doc. SEI/GDF 117136905

Criado por 23140, versão 23 por 23140 em 11/07/2023 10:08:23.